

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR001620/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 01/07/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR031898/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 14022.180620/2022-93
DATA DO PROTOCOLO: 30/06/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo n°: 19980112060202220e Registro n°: PR002322/2022

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LONDRINA, CNPJ n. 78.637.824/0001-64, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE LONDRINA, CNPJ n. 75.220.954/0001-09, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2022 a 30 de abril de 2023 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados no Comercio Atacadista e Varejista do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comercio**, com abrangência territorial em **Alvorada do Sul/PR, Arapongas/PR, Bela Vista do Paraíso/PR, Cafeara/PR, Cambé/PR, Centenário do Sul/PR, Florestópolis/PR, Ibiporã/PR, Itaguajé/PR, Jaguapitã/PR, Londrina/PR, Miraselva/PR, Nossa Senhora das Graças/PR, Porecatu/PR, Primeiro de Maio/PR, Rolândia/PR, Sabáudia/PR, Santa Inês/PR, Santo Inácio/PR e Sertanópolis/PR.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL MINIMO DE INGRESSO

Estabelecem as partes dos pisos salariais a serem observados para os contratos de trabalho com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais:

Parágrafo 1º - Piso salarial de **R\$1.581,00** (um mil, quinhentos e oitenta e um reais) para contratação em primeiro emprego e valido por 180 dias. Após 180 dias fica assegurado o piso de **R\$1.741,00** (um mil, setecentos e quarenta e um reais). A justificativa deste piso diferenciado e prazo tem a finalidade de estimular a geração de empregos.

Parágrafo 2º - Piso salarial de **R\$1,741,00** (um mil, setecentos e quarenta e um reais) as demais contratações.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Todos os empregados integrantes da categoria abrangida por esta Convenção Coletiva de Trabalho que percebem salário superior ao piso salarial terão os salários fixos, ou a parte fixa dos salários mistos, reajustados a partir de 1º de maio de 2022, mediante a aplicação do percentual de 12,47% (**doze inteiros e quarenta e sete centésimos por cento**) sobre os salários vigentes em 1º de maio de 2021.

Parágrafo 1° - Aos empregados que percebam salário superior ao piso e que foram admitidos após 1° de maio de 2022, será garantido o reajuste estabelecido nesta cláusula, proporcional ao tempo de serviço nos seguintes termos:

MÊS	ANO	ÍNDICE
Maio	2021	12,47%
Junho	2021	11,43%
Julho	2021	10,39%
Agosto	2021	9,35%
Setembro	2021	8,31%
Outubro	2021	7,27%
Novembro	2021	6,24%
Dezembro	2021	5,20%
Janeiro	2022	4,16%
Fevereiro	2022	3,12%
Marco	2022	2,08%
Abril	2022	1,04%

Parágrafo 2° - DIFERENÇAS SALARIAIS – Os reajustes deverão ser implementados e os respectivos valores pagos até o 5° (quinto) dia útil do mês de julho/2022, tanto para os contratos de trabalho vigentes quanto para os contratos de trabalho extintos.

Parágrafo 3° - ANTECIPAÇÕES COMPENSAVEIS - Do reajuste previsto nesta cláusula, poderão ser compensados todos os aumentos, as antecipações e os abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pela empresa durante o período de 1° de maio de 2021 até o registro da presente CCT, salvo nos casos decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

CLÁUSULA QUINTA - COMISSIONISTA

Os empregados que percebam sob a forma de comissões, terão como garantia de remuneração mínima, o valor de **R\$1.783,00** (um mil, setecentos e oitenta e três reais), devidos a partir de 01/05/2022. Os empregados comissionistas cujo valor mensal das comissões ultrapasse o valor do piso salarial de **R\$1.783,00** (um mil, setecentos e oitenta e três reais) ficam excluídos desta garantia.

Parágrafo 1° - A média das comissões e repouso sobre as mesmas para cálculos das férias, 13° (décimo terceiro) salário, aviso prévio e verbas rescisórias deverão ser apuradas com base nos 12 (doze) últimos salários variáveis percebidos, da seguinte forma: a parte variável dos salários dos comissionistas será corrigida monetariamente pela aplicação do INPC, mes a mes, acumulada no período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo 2° - Fica ajustado que o cálculo correspondente ao repouso semanal remunerado de que trata a Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949, do empregado comissionista, será feito dividindo-se o valor das comissões pelos dias úteis efetivamente trabalhados, multiplicando-se pelo número de domingos e feriados ocorridos no mês correspondente, ressalvando as disposições contratuais mais favoráveis em Carteira de Trabalho.

Parágrafo 3° — GESTANTE COMISSIONISTA - Fica avençado entre as partes que a remuneração da empregada comissionista, no período de licença maternidade, ou, na hipótese de pagamento de indenização substitutiva, corresponderá a média das comissões dos 12 (doze) últimos meses antecedentes a licença ou período contratual atualizados monetariamente, cujo critério de atualização deve ser o estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo 4° - As empresas ficam obrigadas a fornecer aos empregados comissionistas o valor das vendas que eles realizarem sobre as quais foram calculadas as comissões.

Parágrafo 5° - Para fins exclusivos de balanço, durante o expediente normal, as horas efetivamente trabalhadas serão remuneradas a razão dos valores devidos a título de repouso semanal remunerado trabalhado.

Parágrafo 6° - Para cálculo da hora extra do comissionista, será considerado o valor da hora normal, calculado sobre o piso salarial dos comissionistas, dividindo-se por 220 (duzentos e vinte) horas, com adicional de 50% (cinquenta por cento), multiplicando-se pelo número de horas extras que efetivamente ficar a disposição do empregador, excluindo-se as horas extras constantes das cláusulas 17, 18 e 19 deste instrumento normativo.

CLÁUSULA SEXTA - DO REGIME ESPECIAL DE SALÁRIOS PARA MEIS, MES E EPPS (CLAUSULA POR ADESAO)

Mediante adesão ao sistema disponibilizado pelo sindicato patronal declarando que cumpre integralmente a presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica assegurado as empresas com até 20 (vinte) empregados, o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) dos valores previstos nas cláusulas nominadas **PISO SALARIAL MINIMO DE INGRESSO** e **COMISSIONISTA**, a título respectivamente, de salários de admissão e garantia do comissionista, desde que cumprida integralmente ou compensada, a jornada de trabalho de **44** (quarenta e quatro) horas semanais, conforme artigos 3° e 4° da Lei nº 12.790/13.

Parágrafo 1° - Atendidos os requisitos do *caput*, as empresas receberão, no prazo de 10 (dez) dias CERTIFICADO DE ADESAO 2022/2023 firmado pela entidade sindical patronal, com validade coincidente com a deste instrumento normativo.

Parágrafo 2° - Em atos homologatórios de rescisão de contrato de trabalho e comprovação perante a Justiça do Trabalho do direito ao pagamento dos salários de admissão previstos nesta cláusula, a prova do empregador se fará mediante apresentação do CERTIFICADO DE ADESAO.

Parágrafo 3° - As empresas que contratarem empregados na vigência da presente Convenção Coletiva, sem a emissão do CERTIFICADO DE ADESAO ficam obrigadas ao pagamento de diferenças entre o valor praticado e o fixado para empresas com mais de 20 (vinte) empregados, descritos nas cláusulas 3ª e 5ª deste instrumento normativo.

Parágrafo 4° - Para efeito desta cláusula será considerado o total de empregados na empresa no dia 30 de abril de 2022.

Parágrafo 5° — Empresas com até 20 empregados que não atenderem os requisitos desta cláusula, devem aplicar as garantias salariais das cláusulas 3ª, 4ª e 5ª que tratam do **PISO SALARIAL MINIMO DE INGRESSO** e do empregado comissionista.

Parágrafo 6° - Contratado o empregado para jornada diferenciada, os pisos salariais previstos será° proporcionais a respectiva jornada.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA SÉTIMA - ESTABILIDADE DA EMPREGADA GESTANTE

A empregada gestante terá estabilidade no emprego, desde o início da gestação até 30 (trinta) dias após o término da estabilidade constitucional.

Parágrafo Único — GESTANTES — SUSPENSÃO DOS ATOS RESCISÓRIOS - Visando evitar a rescisão contratual, em proteção ao nascituro e a própria empregada, (art. 10, inciso II, alínea b, do ADCT), dentre os exames demissionais previstos no inciso II, do artigo 168, da CLT poderá o empregador, as suas expensas, incluir o exame de sangue para análise do hormônio Beta-HCG, para constatação de gravidez. Constatada a gravidez, o empregador suspender os atos rescisórios, preservando o contrato de emprego sem quaisquer alterações.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA OITAVA - ESTABILIDADE POR DOENÇA OU ACIDENTE DE TRABALHO

O empregado que sofrer acidente de trabalho ou for acometido de doença profissional conforme definido na legislação previdenciária e de acidente do trabalho, gozará de estabilidade provisória pelo prazo de 30 (trinta) dias após o término da estabilidade legal e desde que o afastamento em decorrência do acidente ou retorno do auxílio-doença, tiver prazo superior a 15 (quinze) dias.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA NONA - ESTABILIDADE PRE-APOSENTADORIA

Para efeito de aposentadoria, gozará de estabilidade provisória pelo prazo de 01 (um) ano, o empregado que durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho completar 10 (dez) anos de serviços prestados ao mesmo empregador, e que comprove em Carteira de Trabalho um mínimo de 29 (vinte e nove) anos de serviço. A estabilidade provisória prevista nesta cláusula não prevalecerá na hipótese de dispensa por justa causa.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR

Ficam as empresas obrigadas a fornecer aos seus empregados comprovantes de pagamento, detalhando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos efetuados.

Parágrafo 1º - É obrigatória a anotação em Carteira de Trabalho dos percentuais de comissões

Parágrafo 2º — DIA DO COMERCÁRIO — Em razão da celebração do Dia do Comerciário (30/10), as empresas pagarão um abono com natureza remuneratória, no valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do piso constante no item "b" da cláusula 3ª (terceira). O referido abono será pago com o salário a ser quitado no mês do aniversário do trabalhador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA

As empresas deverão contratar Plano de Seguro de Vida em Grupo, sem ônus para o trabalhador, que contemple as seguintes coberturas mínimas:

Descrição do Benefício	Valor do Benefício
Morte	R\$10.000,00
Auxílio Funeral Titular	R\$3.000,00
IPA - Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	R\$10.000,00
ILPD — Invalidez Laborativa Permanente Total por /doença	R\$10.000,00
DRC — Despesa com Rescisão Contratual Causa Morte	R\$1.500,00
IAC — Inclusão Automática de cônjuge	R\$2.000,00
IAF — Inclusão Automática dos Filhos	R\$2.000,00
Auxmed — Auxílio Medicamento por Acidente de Trabalho	R\$400,00
Cesta Básica Causa Mortis	R\$400,00
DIT — Cesta Básica por Acidente de Trabalho	R\$600,00
DIH-UTI Diárias par Internação Hospitalar	R\$3.000,00
DIT — Diana de Incapacitação Temporária por Acidente	R\$600,00
AEPA — Auxílio Especial por Acidente	R\$600,00
Assistência kit Natal Mãe e Bebe	Benefício gratuito

Parágrafo Único — Em caso de igualdade de condições contratuais, as empresas abrangidas por este instrumento normativo contratação, preferencialmente, o plano disponibilizado pelas entidades signatárias em substituição ao plano existente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de caixa será feita na presença do operador responsável. Estando este impedido de acompanhar a conferência, designará preposto para a execução da tarefa. Caso contrário o empregado não terá responsabilidade pelos erros verificados, salvo recusa injustificada a conferência. No caso de impossibilidade por doença ou força maior, a conferência devere ser feita na presença de outro operador de caixa e do gerente ou preposto da empresa.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - JORNADA SEMANAL

Fixa-se a jornada de trabalho dos empregados desta categoria em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado.

Parágrafo 1º - A remuneração das horas extras será de 50% (cinquenta por cento) superior a hora normal, com divisor de 220 (duzentos e vinte) horas mensais e o horário extraordinário não poderá exceder de duas horas por dia.

Parágrafo 2º - A fixação da jornada de trabalho dos empregados das empresas que pretendam a realização de feiras na base territorial abrangida por esta Convenção devere ter a anuência dos sindicatos signatários deste instrumento.

Parágrafo 3º - Fica proibida a realização destas feiras na vigência e no período de 15 (quinze) dias que antecedem as datas promocionais, previstas na Clausula 17 (dezessete) desta Convenção, salvo negociação coletiva específica, com a participação obrigatória do sindicato representante da categoria econômica.

Parágrafo 4º - A autorização municipal, no caso do parágrafo 3º (terceiro), devere estar previamente homologada pelos sindicatos profissional e econômico para surtir seus efeitos.

Parágrafo 5º - Não será permitido labor em domingos e feriados com exceção das lojas de comercio estabelecidas dentro ou anexa aos supermercados, hipermercados e similares, devidamente representados por estas entidades, onde o trabalho aos domingos e feriados a regulamentado nos termos previsto no paragrafo 6º desta clausula:

Parágrafo 6º - O horário de abertura das lojas instaladas dentro ou anexas aos supermercados, hipermercados e similares, podem sujeitar-se aos horários dos estabelecimentos principais, com no mínimo uma hora para repouso e alimentação e devere ser compensados no prazo maximº de 60 (sessenta) dias, sendo que a nao compensação nos prazos assinalados acima, implica no pagamento das respectivas horas com adicional de 100% (cem por cento), observado o disposto na clausula 19, § 7º. O prazo ora fixado a contado a partir do dia util seguinte aos domingos e feriados trabalhados.

Parágrafo 7º — A jornada de trabalho no mes de dezembro estará prevista nesta convenção ou conforme autorização dos sindicatos convenientes.

Parágrafo 8º - Não haverá expediente e nem trabalho para os empregados nos seguintes dias: 1º de janeiro (Ano Novo), Domingo de Páscoa, 1º de Maio, Dia das Maas, Dia dos Pais e 25 de dezembro (Natal).

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS À MÃE OU PAI

Fica estabelecido entre as partes que a mãe ou o pai terão abonadas as faltas ao serviço, a raidº de 06 (seis) dias por ano, acompanhamento de enfermidade ou tratamento a saúde de seus filhos menores, desde que justificada a ausência com o a medico do(a) filho(a).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PRORROGAÇÃO DE HORARIO DO ESTUDANTE

Fica vedada a prorrogação da jornada de trabalho dos empregados estudantes que comprovarem a situação de regularidade escolar no período noturno, além das 18h00, respeitando a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nos dias em que estiver comprovadamente provas do ENEM ou de exame vestibular, para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DATAS FESTIVAS - CLAUSULA POR ADESÃO

Convencionam-se que serão datas promocionais as seguintes: **DIA DAS MAES, DIA DOS NAMORADOS, DIA DOS PAIS, DIA DAS CRIANÇAS, "BLACK FRIDAY"**.

Parágrafo 1º - As empresas empregadoras interessadas na abertura de seus estabelecimentos em horário ampliado nos dias que antecedem as datas promocionais, deverão acessar e aderir previamente ao sistema disponibilizado pelo sindicato patronal declarando que cumpre integralmente a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo 2º - Atendidos os requisitos do *caput*, cada estabelecimento receberá, individualmente, **CERTIDAO DE ADESAO 2022/2023** firmada pela entidade sindical patronal, com validade coincidente com a deste instrumento normativo.

Parágrafo 3º — DIA DAS MAES E DIA DOS PAIS - Nas quintas e sextas-feiras que antecederem estas datas promocionais a jornada poderá ser prorrogada até as 21 h00. A jornada nesses dias após as 18h00min deverá ser remunerada com o adicional de 70% (setenta por cento), isto é, hora acrescida do adicional, independentemente do trabalhador estar laborando abaixo do limite legal, sendo vedada sua compensação. Sempre que o empregado laborar após as 18h00 nessas datas, o empregador deverá fornecer um vale-alimentação de R\$17,50 (dezessete reais e cinquenta centavos), que não terá natureza salarial.

Parágrafo 4º - DIA DOS NAMORADOS E DIA DAS CRIANÇAS - No primeiro e segundo dia que antecedem estas datas promocionais, excetuando-se os sábados, domingos e feriados, a jornada poderá ser prorrogada até as 21 h00. A jornada nesses dias após as 18h00 deverá ser remunerada com o adicional de 70% (setenta por cento), isto é, hora acrescida do adicional, independentemente do trabalhador estar laborando abaixo do limite legal, sendo vedada sua compensação. Sempre que o empregado laborar após as 18h00 nessas datas, o empregador deverá fornecer um vale alimentação de R\$17,50 (dezessete reais e cinquenta centavos), que não terá natureza salarial.

Parágrafo 5º - BLACK FRIDAY — No dia 25/11/2022, a jornada poderá ser prorrogada até as 21h00. A jornada nesse dia após as 18h00 deverá ser remunerada com o adicional de 70% (setenta por cento), isto é, hora acrescida do adicional, independentemente do trabalhador estar laborando abaixo do limite legal, sendo vedada sua compensação. Sempre que o empregado laborar após as 18h00 nessas datas, o empregador deverá fornecer um vale alimentação de R\$17,50 (dezessete reais e cinquenta centavos), que não terá natureza salarial.

Parágrafo 6º — Durante a campanha Black Friday e nos dois dias que antecedem as demais datas promocionais, nas jornadas superiores a 6 (seis) horas as empresas detentoras da CERTIDAO DE ADESAO poderão reduzir o intervalo intrajornadas dos trabalhadores para até 30 (trinta) minutos diários.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORARIO DE ABERTURA DAS LOJAS AOS SABADOS (CLAUSULA POR ADESÃO)

Convencionam as partes que a abertura do comércio e o horário de trabalho dos integrantes da categoria profissional em todos os sábados havidos na vigência do presente instrumento, será das 09h00 às 18h00 para todos os municípios da base territorial das entidades, observadas as seguintes condições:

Parágrafo 1º - As empresas empregadoras interessadas na abertura de seus estabelecimentos no terceiro, quarto e quinto sábados do mês, após as 13h00, deverão acessar e aderir previamente ao sistema disponibilizado pelo sindicato patronal declarando que cumpre integralmente a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo 2° - Atendidos os requisitos do *caput*, cada estabelecimento receberá, individualmente, CERTIDAO DE ADESAC 2022/2023 firmada pela entidade sindical patronal, com validade coincidente com o deste instrumento normativo.

Parágrafo 3° — As horas trabalhadas após as 13h00 dos sábados deverão ser remuneradas como horas extras, com adicional de 100% (cem por cento), sendo autorizada a compensação sob a forma de banco de horas (art. 59, § 2°, da CLT) mediante folga compensatória correspondente ao dobro das horas trabalhadas após as 13h00, no período de 30 (dias) dias, anteriores ou posteriores ao sábado trabalhado.

Parágrafo 4° — Ao trabalhador que prestar serviços após as 13h00 dos sábados será assegurada a concessão de alimentação, no valor de R\$17,50 (dezesete reais e cinquenta centavos), sendo que o presente benefício não tem natureza salarial, não integra a remuneração do empregado para qualquer efeito e não é base de cálculo das contribuições previdenciárias, fiscais e fundiárias, sendo facultado às empresas a filiação ao Programa de Alimentação ao Trabalhador — PAT.

Parágrafo 5° — As folgas compensatórias dos sábados acima estabelecidas serão definidas a escolha do trabalhador, ressalvando que, se houver mais do que 20% (vinte por cento) dos trabalhadores requerendo a folga no mesmo dia, a empresa deverá escalonar estas folgas, de modo a não haver mais do que 20% (vinte por cento) dos trabalhadores ausentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE DEZEMBRO DE 2022

Para esta convenção, no período de 05 a 24/12/2022, de segunda a sexta-feira, o horário de abertura das lojas e a prestação de serviços dos trabalhadores poderá ocorrer das 9h00 as 22h00.

Parágrafo 1° - Nos sábados a jornada será iniciada às 9h00 e poderá ser prorrogada até as 18h00.

Parágrafo 2° - As horas trabalhadas de segunda a sexta-feira, após as 18h00 e aos sábados, após as 13h00, serão consideradas extras e serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal.

Parágrafo 3° - As horas extras superiores a duas horas extras por dia, no horário informado, serão remuneradas com o adicional de 80% (oitenta por cento) sobre a hora normal.

TABELA DEMONSTRATIVA PARA DEZEMBRO/2022 E COMPENSAÇÕES

Data	Dia da Semana	Horário
Dia 01/12/2022 Dia 02/12/2022 Dia 03/12/2022	Quinta-feira	Das 08h00 as 18h00
Dia 05 a 09/12/2022	Sexta-feira (Copa do Mundo as 16h)	Das 08h00 as 18h00
Dia 11/12/2022 Dia 12/12/2022	Sábado	Das 09h00 as 18h00
Exceto o dia 10/12 para Londrina Dia 10/12/2022	Segunda a Sexta-Feira	Das 09h00 as 22h00
Somente para Londrina	Domingo	Fechado
Dia 12 a 16/12/2022	Segunda a Sexta-Feira	Das 09h00 as 22h00
Dia 17/12/2022	Sabado	Das 08h00 as 18h00
Dia 19/12/2022 a 23/12/2022	Segunda a Sexta-Feira	Das 09h00 as 22h00
Dia 24/12/2022	Sábado	Das 09h00 as 18h00
Dia 25/12/2022 (Natal)	Segunda a Sexta-Feira	Das 09h00 as 22h00
Dia 26/12/2022 a 30/12/2022	Sábado	Das 09h00 as 17h00
0 Dia 31/12/2022	Domingo	Fechado
Dia 01/01/2023 (Ano Novo)	Segunda a Sexta-Feira	Das 08h00 as 18h00
Dia 02/01/2023	Sábado	Das 09h00 as 17h00
Somente para Londrina, Primeiro de Maio, Cambe, Porecatu, Ibitipora e Rolândia	Domingo	Fechado
	Segunda-Feira	Fechado

Parágrafo 4° — Nas prorrogações de horário no mês de dezembro de 2022, haverá um intervalo de uma a duas horas para alimentação e repouso para almoço e de uma hora para o jantar. Para o intervalo de jantar, o empregador fornecerá uma refeição ou o valor correspondente a R\$17,50 (dezesete reais e cinquenta centavos), por °Ka° do empregado.

Parágrafo 5° — Fica estabelecida a possibilidade de celebração de Convenção Coletiva de Trabalho entre as entidades signatárias, em favor das empresas para prorrogação e compensação da jornada de trabalho, observadas as disposições contidas no Título VI da CLT e manifestada em assembleia dos empregados interessados.

Parágrafo 6° — As horas trabalhadas no mês de dezembro/2022 e destinadas a compensação deverão ser quitadas no termo rescisório caso haja a rescisão do contrato de trabalho antes de o trabalhador poder usufruir da folga compensatória.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FERIADOS MUNICIPAIS
Nos termos do art. 611-A, inciso XI, da CLT, no dia em que a comemorado o aniversário de fundação dos municípios de Cambe (11/10), Ibiporã (08/11), Londrina (10/12), Porecatu (08/12) e Primeiro de Maio (13/12), o comércio varejista permanecerá aberto naquele respectivo município das 8 às 18 horas e, em compensação, deverá permanecer fechado no dia 02 de janeiro de 2023, sendo vedada a utilização de Mão-de obra empregada, salvo para providências de manutenção e segurança predial e de equipamentos.

Parágrafo 1° — ARAPONGAS - Em Arapongas, no dia 11/10/2022, o horário do comércio varejista será estendido até as 21 horas, mediante o pagamento das horas trabalhadas após as 18h00, com adicional de 70% (setenta por cento) e o fornecimento de uma refeição ou o valor correspondente a R\$17,50 (dezesete reais e cinquenta centavos), por opção do empregado.

Parágrafo 2° - PADROEIRO DE LONDRINA — Em razão do feriado municipal de Londrina, Paraná, a ocorrer na data do dia **24 do mês de junho do ano de 2022**, em comemoração ao Dia do Padroeiro Sagrado Coração de Jesus, conforme previsto em Lei Municipal n.º 11.468/2011, no afã de se permitir a utilização de mão de obra dos comerciantes associada a factível abertura do comércio neste dia em específico, com fundamento no inciso XI, do artigo 611-A da CLT, por meio deste instrumento coletivo, pactuam as partes o seguinte:

I — Fica autorizada a utilização da mão de obra dos trabalhadores representados pelo Sindicato Profissional signatário, para desenvolverem as atividades laborativas habituais e adstritas às suas respectivas funções, em todos os setores das empresas ora representadas pelo Sindicato Econômico também signatário, na data definida originariamente como feriado municipal, cito: **24 de junho de 2022**.

II — A jornada de trabalho pertinente ao labor e o horário de abertura das lojas no dia acima especificado se dará das 08h00 às 18h00, contando com o respeito ao intervalo legal.

III — Em contrapartida à prestação da mão de obra em dia de feriado municipal, fica garantido o pagamento de cada hora trabalhada em dobro.

IV — Independente da quantidade de horas trabalhadas no aludido dia, bem como, indiferente ao valor da remuneração mensal, fica assegurado para cada trabalhador que prestar serviço na mencionada data, o pagamento **mínimo de R\$ 120,00** (cento e vinte reais), a título de descanso semanal remunerado e suas projeções legais.

V — Em relação ao valor máximo, este dependerá de cálculo envolvendo a remuneração do trabalhador, o número de horas trabalhadas na data em negociação, com a aplicação da dobra prevista no art. 9º da Lei 605/49.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INÍCIO DAS FÉRIAS

E vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Na cessação do contrato de trabalho, por pedido de demissão o empregado com mais de 14 (quatorze) dias de serviço, terá direito a remuneração de férias proporcionais na base de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - MANUTENÇÃO DE CONTA-SALÁRIO

Os trabalhadores que receberem seus salários através de conta-salário deverão manter a conta aberta até o término do prazo para quitação das verbas rescisórias.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - UNIFORME

As empresas ficam obrigadas a fornecer gratuitamente os uniformes, quando seu uso for exigido, ficando o empregado obrigado a devolvê-lo por ocasião da rescisão do contrato, sob pena de desconto do valor correspondente aos itens não restituídos.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As partes acordantes outorgam aos Sindicatos, competência para ajuizar perante a Justiça do Trabalho ações de cumprimento, seja de matéria salarial, seja por descumprimento de cláusulas convencionais ou matéria de direito individual, independentemente da condição de associado ou não pelo empregado ou empresa representados.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PENALIDADES

Pelo descumprimento de qualquer obrigação, objeto das cláusulas e obrigações acordadas, o empregador fica obrigado a pagar ao empregado prejudicado, cumulativamente por cláusula não cumprida, uma multa igual a 20% (vinte por cento) do maior piso salarial da categoria, com exceção das cláusulas denominadas "por adesão", cuja multa será igual a 50% (cinquenta por cento) do maior piso salarial da categoria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - QUITAÇÃO ANUAL DO CONTRATO

É facultado a todos os empregadores firmar o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas de seus empregados com contrato em vigor, perante o sindicato dos empregados da categoria e acompanhamento da entidade sindical patronal, mediante pagamento dos valores fixados pelas entidades sindicais para firmar o termo de quitação nos termos do art. 507-B, da CLT. As entidades signatárias, através da Comissão Bilateral de Análise de Contratos — CBAC/COM, receberá, analisará, deliberará e poderá outorgar quitação as obrigações trabalhistas decorrentes de contratos de emprego submetidas a sua apreciação.

Parágrafo 1º — O requerimento de quitação será encaminhado pela empregadora a CBAC/COM através de formulário digital previamente disponibilizado pelas entidades.

Parágrafo 2º — A CBAC/COM realizará sessão no prazo de 10 (dez) dias úteis (excluídos sábados, domingos e feriados) a contar do dia útil seguinte ao do recebimento do requerimento, notificando o(a) empregado(a) e a empregadora através de qualquer dos meios disponibilizados no requerimento.

Parágrafo 3º — Ao término da sessão designada será emitido o Termo de Quitação Anual — **TQA**, que deverá

identificar as pessoas participantes da sessão e as obrigações contratuais quitadas.

Parágrafo 4º - A quitação será outorgada sempre que, e somente se, houver consenso das partes interessadas e da representação sindical paritária da CBAC/COM a respeito das obrigações contratuais cuja quitação se pretende.

Parágrafo 5º — Competira exclusivamente a empregadora a responsabilidade pelo custeio da contribuição correspondente, equivalente a 10% (dez por cento) do montante pago ao trabalhador, observados os limites mínimos de R\$50,00 (cinquenta reais) e maximº de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - VALE TRANSPORTE

Considerando-se que é lícita a negociação coletiva sobre o tema e que a concessão do benefício em dinheiro não tem o condão de alterar a natureza jurídica dele, estabelecem as partes a possibilidade de o empregador antecipar em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento o valor equivalente ao vale-transporte mensalmente devido aos trabalhadores que fazem jus ao benefício, nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos de Recurso Extraordinário nº 478.410, em 10 de março de 2010, tendo como Relator o Ministro Eros Grau.

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - RECIBOS DE PAGAMENTO SEM ASSINATURA - VALIDADE

Fica dispensada a assinatura em recibos de pagamentos de salários e as demais verbas quitadas em razão do contrato de trabalho, quando realizados através de crédito em conta bancária aberta com esta finalidade, nos termos do art. 464 da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - POLITICA SALARIAL

Fica ajustado entre as partes que a cada modificação da política salarial em relação ao salário mínimo vigente, as partes voltam a negociar imediatamente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CUSTEIO E MANUTENÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL PROFISSIONAL

Considerando-se que o Sindicato dos Empregados no Comércio de Londrina, desde o ano de 2012, não cobra nenhum tipo de taxa de Contribuição Assistencial, considerando-se que a Contribuição Sindical deixou de ser de recolhimento obrigatório, e ainda que esta entidade não receba nenhum tipo de recurso para sua manutenção, seja do Governo Federal, Estadual, Municipal ou de outras instituições, sendo mantida exclusivamente pelos empregados da categoria; e ainda, considerando-se a autorização da Assembleia Geral da Categoria, onde foram convocados todos os comerciários, independente de associados ou não, fica estabelecido por esta CCT a instituição da **TAXA PARA CUSTEIO E MANUTENÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL LABORAL**, mediante o desconto de valor de R\$50,00 (cinquenta reais) no salário de todos os empregados, associados ou não ao Sindicato, no fechamento da folha de pagamento, relativo ao mês de registro da CCT, por empregado e uma Única vez ao ano.

Parágrafo 1º - Esta contribuição será devida numa (uma) oportunidade no período de vigência desta CCT, devendo ser recolhida até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao mês em que houver ocorrido os descontos dos empregados, em favor do Sindicato Profissional, na agenda da Caixa Econômica Federal, agência 1284, Ouro Verde, conta corrente número 375-4.e PIX (78.637.824/0001-64).

Parágrafo 2º - Todos os empregados terão direito de oposição. Os que prestam serviços em Londrina devem fazê-lo presencialmente, mediante entrega de documento escrito no Sindicato Profissional, possibilitando-se a aferição da veracidade do documento e da legítima vontade do trabalhador. O prazo de apresentação da oposição, independentemente da localidade do trabalho, deverá ser feito no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de desconto no salário de cada empregado.

CLAUSULA TRIGESIMA-SEGUNDA - CONTRIBUICAO ASSISTENCIAL NEGOCIAL PATRONAL Os integrantes da categoria econômica dos lojistas do comércio, estabelecidos em sua base territorial, deverão recolher a Contribuição Assistencial Negociar Patronal, por estabelecimento e de acordo com a tabela progressiva a seguir transcrita, com base no capital social registrado da empresa, conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de abril de 2022, observado o desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado aos estabelecimentos associados a entidade.

CAPITAL SOCIAL

Ate R\$ 10.000,00
De R\$ 10.000,01 ate R\$20.000,00
De R\$ 20.000,01 ate R\$50.000,00
De R\$ 50.000,01 ate R\$100.000,00
De R\$ 100.000,01 ate R\$150.000,00
De R\$ 150.000,01 ate R\$ 200.000,00
De R\$ 200.000,01 ate R\$ 300.000,00
Acima de R\$ 300.000,01
Filial sem capital destacado
Estabelecimento sem empregado

CONTRIBUIÇÃO

R\$ 350,00
R\$ 500,00
R\$ 800,00
R\$ 1.100,00
R\$ 1.350,00
R\$ 1.650,00
R\$ 2.000,00
R\$ 2.500,00
R\$ 1.100,00
R\$ 350,00

Parágrafo Unico - O recolhimento devera ser feito ate o dia 30 de junho de 2022, em deposito identificado no Banco 104 — CEF — agência: 0394 - op:003 — conta-corrente: 474-8 ou PIX sincoval@sincoval.com.br ou no Banco 748 - Sicredi — agenda: 0718 - conta corrente: 97.417-1 ou PIX 75220954000109 ou solicitando o boleto através do e-mail sincoval@sincoval.com.br informando o CNPJ da empresa.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em três vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

JOSE LIMA DO NASCIMENTO

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LONDRINA

OVHANES GAVA

Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE LONDRINA

ED NOGUEIRA DE AZEVEDO JUNIOR

Procurador

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE LONDRINA

ANEXOS

ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL 2022

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - PROCURAÇÃO DR. EDI NOGUEIRA AZEVEDO JR

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.